

Gestão Democrática e Avaliação na Rede Pública Municipal de Ensino em Santana do Ipanema: A Qualidade em Questão no Ensino Fundamental

Janadi da Conceição Silva (*Discente da UNEAL, Campus II*)
Mariana Tavares Damasceno (*Discente da UNEAL, Campus II*)
Maria das Graças Correia Gomes (*Docente da UNEAL, Campus II*)
Educação – Avaliação da aprendizagem

Palavras – chave: Gestão democrática. Escola. Educação.

Introdução

Este trabalho apresenta indicadores de uma pesquisa que estuda a interação entre gestão democrática e avaliação como suportes para a qualidade do ensino nas escolas municipais de Santana do Ipanema. Para tanto, pauta-se no estudo bibliográfico da implantação da gestão democrática no âmbito nacional, nos princípios e elementos da Gestão Democrática. Estuda ainda, as especificidades do estado de Alagoas em relação à gestão democrática. Toda essa base teórica subsidia à pesquisa, que em sua etapa de campo, ocorrerá em duas escolas municipais de Santana do Ipanema.

Na constituição de 1988, a educação pública gratuita lutou muito para conseguir seu espaço, juntos com os seus líderes que lutava a favor da educação pública, com o desejo de ter o ensino como Direito de todos e uma educação de qualidade. Aos poucos foram formando algumas comissões, de senadores e deputados para abordar assuntos de grande importância para o desenvolvimento no âmbito Estadual e Nacional, como as que abordassem os seguintes temas: direito da Família, da educação, cultura e esporte, da ciência, tecnologia e da comunicação. (TAVARES, 2003, p.14), [...] Foi instalada no dia 1º de abril de 1987 a comissão nº 8. Da família, da educação, cultura e esporte, da ciência, tecnologia e da comunicação, presidida pelo deputado Marcondes Gadelha (PFL).

No Fórum da Educação na Constituinte, surge a perspectiva no processo de educação e no direito da família, onde a escola pública, laica e de boa qualidade em todos os níveis surgiria como uma forma de legitimar esses direitos.

[...] em defesa do ensino publico ela destaca o Fórum da Educação na Constituinte em Defesa do Ensino publico e gratuito, composto por 15 entidades de âmbito nacional: ANDES, ANPE, CPB, CEDES, CGT, CUT, FENOR, FASUBRE, OAB, SBPC, SEAF, UBES e UNE. [...] ensino privado representado por proprietários de estabelecimentos de ensino que se organizam da FENEN- Federação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino, entidade que representava 35 mil estabelecimentos, e o

setor privado confessional, ABESC E AEC (TAVARES, 2003, p.17).

No entanto, não basta ampliar o acesso à educação, é preciso garantir a permanência e a qualidade da educação para todos. Por sua vez, esse crescimento do atendimento em educação básica, sobretudo no ensino médio, repercute cada vez mais no aumento da demanda por educação superior, o que representa enorme desafio para o país no que tange à oferta de vagas nesse nível de ensino. Atualmente as Instituições de Educação Superior (IES) no país classificam-se em públicas e privadas (com ou sem fins lucrativos) e, em relação à sua organização acadêmica, em universidades, centros universitários, faculdades integradas, faculdades, instituições superiores ou ações no padrão de gestão e financiamento.

No ano de 1996, foi aprovado a Emenda Constitucional nº 14/96, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei 9.394/96), o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF, Lei 9.424/96) e, quatro anos após, o Plano Nacional de Educação ao final do ano 2000. A gestão democrática está posta na lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9.394, art. 3º, do inciso VIII. Nela se garante que a educação siga o princípio de “gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino”.

Albuquerque (2012) ressalta que é preciso assegurar em forma de lei tal participação de todos os segmentos da comunidade escolar nos processos e instâncias decisórios, a nova LDB em seu art. 14 trata de “participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes”, incluindo a eleições diretas para os cargos de diretores das unidades de ensino.

Segundo ARAÚJO (2007) a consolidação dos princípios democráticos advindos das experiências realizadas no Brasil, tanto do fim da “Ditadura Militar” em 1985, bem como da mobilização da sociedade, fizeram democratizar o ensino, onde a legislação passou a ser permeada por princípios da participação popular buscando melhoria no ensino público. A democratização da gestão escolar buscava superar os procedimentos tradicionais baseados em corporativismo e clientelismo.

[...] a gestão democrática consolidada com o mecanismo da eleição para diretor da unidade de ensino – que representa o ápice desse processo -, transfere para a comunidade escolar a prerrogativa da escolha, entre os candidatos postulantes, aqueles que – atendidas as condições técnicas preliminares estabelecidas no regulamento único da gestão na esfera da educação pública [...] (ARAÚJO, 2007, p.43).

A gestão democrática escolar passou a ser entendida como envolvimento de todos os membros da escola na sua organização e processos decisórios. Não há única maneira de se implantar um sistema de gestão escolar participativa, pois é um exercício de cidadania e, torna-se fundamental para o avanço da sociedade que planeja ser mais justa e igualitária.

Brito (2012) aborda a dinâmica da comunidade escolar, dentro de um modelo democrático, implantado ainda recentemente, trazendo reflexões sobre a ação educativa presente no contexto global da sociedade alagoana. Albuquerque (2012), trás os objetivos da análise dos

modelos de gestão educacional antes e após a implementação da gestão democrática no cenário alagoano, traçando elementos desde a construção da escola no cenário imperial até os dias atuais. E analisando as práticas coronelista, oligárquica e clientelista no estado de alagoas. Fernandes (2007) trás elementos da avaliação numa visão construtiva, onde discute o ato reflexivo que articula teoria/prática mais não a julga perfeita, concluída, sem possibilidade de aprimoramento. Estando sempre em contato com outras fontes com leitura, observação, e a análise global para atender sempre melhor o sujeito e o objeto de sua ação docente.

A avaliação, numa visão construtiva, pressupõe a necessidade de transformar na escola/instituição de ensino o significado que é, geralmente, atribuído ao ato de avaliar.

Segundo FERNANDES (2007, p. 34) [...] aprender é, portanto, passar de uma visão sincrética e ingênua, clara e unificada dessa mesma realidade (senso crítico), intermedida pela análise que se faz através do conteúdo estudado [...].

O processo democrático tem gerado grandes equívocos na construção da escola pública igualitária, promotora de uma nova dinâmica social não hierarquizada, mas que garanta o espaço da participação aos sujeitos inseridos nessa dinâmica que promova a participação social responsável, a partir das ações desenvolvidas de forma reflexiva.

Objetivo

O objetivo da pesquisa é analisar as relações entre gestão educacional e sistemas de avaliação (SAEB, SAVEAL) a partir da perspectiva da qualidade da educação pública no ensino fundamental, no município de Santana do Ipanema, com ênfase no período de 2011 a 2013.

Tendo nos objetivos específicos a necessidade de reconstituir o campo histórico da gestão e dos sistemas de avaliação no âmbito nacional e estadual, enfoque nas bases legais, planos e projetos e, portanto explorar os seguintes aspectos:

- 1 Caracterizar o município de Santana do Ipanema, com suas especificidades e índices, expondo o aporte teórico da gestão democrática;
- 2 Relacionar as questões que permeiam a avaliação, como avaliação de políticas públicas dentro de um âmbito estadual;
- 3 Estudar teoricamente as categorias que envolvem o campo da gestão, da avaliação, da qualidade e políticas públicas;
- 4 Estudar os principais teóricos que analisaram as categorias centrais do presente objeto de estudo;
- 5 Analisar 02 escolas da rede pública municipal de Santana do Ipanema, em relação à gestão democrática e avaliação (índices do SAEB e SAVEAL).

Metodologia

Inicialmente foi realizado um levantamento bibliográfico para seleção de obras de referência, produções acadêmicas, sites, revistas eletrônicas e impressas, materiais relacionados ao objeto de estudo, com vistas a uma literatura atualizada e as contribuições relevantes para a temática. Também foi realizado um levantamento de dados quantitativos sobre o município de Santana

do Ipanema, índices gerais relacionados à educação, taxas de aprovação, reprovação, distorção idade-ano, IDEB 2005 – 2012 e SAVEAL (2001, 2005 e 2011) bem como outros dados relevantes para a pesquisa.

Está em andamento uma análise documental na Secretaria municipal de Educação, na busca de materiais relacionados à gestão e sistemas de avaliação, bem como planos, projetos e ações desenvolvidos na escola que servirão como suporte a pesquisa. Essa análise envolverá também as políticas públicas para o município, preconizadas pelo Ministério da Educação e Cultura.

A pesquisa é do tipo estudo de caso, tendo duas escolas sido selecionadas a partir dos seguintes critérios: que tenha eleição direta para diretores e conselho escolar e que tenham participado dos sistemas de avaliação IDEB 2011 (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) e SAVEAL 2011 (Sistema de Avaliação Educacional de Alagoas); proximidade do Campus II da Universidade Estadual de Alagoas e que estas ofertassem o ensino de 1º ao 9º ano.

Serão realizadas entrevistas individuais semi-estruturadas envolvendo a comunidade escolar e técnica da secretaria, usando a técnica do grupo focal, que na visão de Gatti (2005, p. 13) “oferece boa oportunidade para o desenvolvimento de teorizações em campo, a partir do ocorrido e do falado”.

Através dos instrumentos e técnicas utilizadas na pesquisa serão elencadas questões que contemplem as cinco categorias: gestão educacional, gestão democrática, avaliação, qualidade e políticas públicas. Assim, será feito vários quadros comparativos por escola com as diferenças e semelhanças, elencadas por categoria. De acordo com os dados coletados serão analisados para o direcionamento dessas categorias, com o intuito de uma teoria crítica sobre a realidade, pois como enfatiza Gamboa (2007, p. 132) “As teorias críticas consideram os entornos e os contextos”.

Considerações Finais

Tendo em vista os dados analisados do IDEB e SAVEAL percebe-se que existe uma quantidade bastante considerável de alunos com baixo nível de desenvolvimento nas áreas de leitura e resolução de problemas. Não se pode ignorar a realidade educacional dos alunos da escola pública, que envolve também os pais, professores e gestores. No entanto, pode-se considerar que uma gestão democrática pode contribuir para que a aprendizagem desses alunos seja favorável nas avaliações externas. A partir das leituras realizadas percebe-se a importância de se ter as eleições diretas para gestores, com a participação da comunidade escolar (funcionários, alunos, professores e pais) e que esses possam participar de uma forma mais esclarecedora e participativa. Porém as tendências tradicionais estão enraizadas e não é fácil descentralizar a ideia do individualismo e optar pela coletividade tendo a participação da comunidade escolar através dos seus segmentos, por exemplo, conselho escolar.

Com bases nas leituras feitas, percebe-se que o sistema do estado de Alagoas (com o foco Santana do Ipanema) que a gestão democrática nas escolas públicas possui uma liberdade permeada pelos interesses do capital, entende que a organização política busca manter sua estrutura intacta através de ações corretivas, que ao invés de solucionar os problemas servem

apenas para a manutenção do regime burguês, impedindo a efetivação de uma verdadeira gestão democrática.

Referências

ALBUQUERQUE, S. L. de. **Um olhar histórico sob a gestão democrática nas escolas públicas Alagoanas: práticas pedagógicas clientelistas e oligárquicas de sua gênese aos dias atuais.** IX seminário nacional de estudo de pesquisas- Universidade da Paraíba, 2012. Acesso em 31 set. 2012.

ARAÚJO, S. O. S. de. **Gestão democrática?** Os desafios de uma gestão participativa na educação pública em uma sociedade clientelista e oligárquica. Maceió: EDUFAL, 2007.

BRASIL. **Lei Nº 9394/96.** Estabelece as Diretrizes e Bases para a Educação. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br>> acesso em 13 set. 2008.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292p. ALAGOAS, **Sistema de Avaliação Educacional de Alagoas 2011.** Avaliação do 5º e 9º ano do ensino fundamental e 3º ano do ensino médio. Relatório da Coordenadoria Regional de Educação, 1ª, 13ª, 14ª e 15ª CRE.

BRASIL. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/> acesso em 10 out. 2012.

BRITO, M. B. G. **Gestão democrática em Alagoas:** cultura e escola em movimento. Mestrado-PPGE/EDU/UFAL, 2010. Acesso em 20 set. 2012.

FERNANDES, M. E. A. **Avaliação institucional da escola e do sistema educacional:** base teórica e construção do projeto/Maria Estrela Araújo Fernandes. Fortaleza: Edição Demócrito Rocha, 2007.

GAMBOA, S. S. **Pesquisa em educação:** métodos e epistemologia. Chapecó: Argos, 2007.

GATTI, B. A. **Grupo Focal na pesquisa em Ciências Sociais e Humanas.** Brasília: Liber Livro Editora, 2005.

HORA, D. L. da. **Gestão Educacional Democrática.** Campinas: Alinea, 2007.

TAVARES, M. G. M. **Educação brasileira e negociação política:** o processo constituinte de 1987 e a gestão democrática. Maceió: EDUFAL, 2003.